



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
Procuradoria do Trabalho no Município de ARARAQUARA

**IC 000167.2011.15.003/5**

**INQUIRIDO(A): MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**

## **DESPACHO**

O Município celebrou com o MPT, em 2011, Termo de Ajuste de Conduta, assinado pelo Sr. Prefeito, contemplando a criação e manutenção de uma comissão municipal de combate ao assédio moral e à discriminação. Dentre as obrigações assumidas figurou:

*"1.1.6) Caso a conclusão da Comissão, após a colheita de provas, seja pela existência da prática de assédio moral e/ou de ato discriminatório, determinará à autoridade competente a instauração de procedimento disciplinar em face do servidor responsável, e tomará as providências necessárias para a proteção da vítima."*

Tomei conhecimento apenas na presente data, já que nenhuma informação a respeito foi prestada pelo Município nos autos, que a lei municipal criada para dar cumprimento às obrigações assumidas via TAC foi substituída, em 2019, pela Lei Municipal n. 9.657, de iniciativa do Chefe do Executivo.

Analisando-se o novo diploma, descobre-se que ele dispõe diferentemente do que prescreve o TAC, retirando poderes da Comissão e submetendo suas conclusões técnicas, calcadas em provas colhidas e aprovadas pelo colegiado, a um juízo, aparentemente, político e discricionário.

De fato, estabelece o art. 19 da lei atualmente em vigor, com redação alterada em 2021:

*"Caso a Comissão Municipal de Combate ao Assédio e à Discriminação, do cotejo entre a denúncia, as declarações do funcionário público denunciado e os testemunhos colhidos, conclua pela existência de indícios da prática de assédio ou ato discriminatório, deverá encaminhar o procedimento ao titular da Secretaria Municipal em que esteja alocado o funcionário público denunciado, para deliberar quanto à instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, devendo desta deliberação ser cientificado o funcionário público denunciante."*

Ou seja, vem o Município descumprindo o estabelecido no item 1.1.6 do TAC,



mostrando-se particularmente preocupante a irrestrita liberdade conferida pela lei para Secretários Municipais para descartar conclusões técnicas produzidas pelo órgão municipal especializado na matéria.

Relembre-se que o TAC não instituiu, por óbvio, a comissão municipal de combate como instância disciplinar, não lhe competindo conduzir sindicância ou procedimento disciplinar, e menos ainda decidir sobre a efetivamente aplicação de sanções disciplinares. Por outro lado, mostra-se incompreensível e indefensável que, tendo o órgão municipal criado especificamente para apurar situações de assédio e discriminação confirmado a existência da prática de assédio, permita-se a outra autoridade municipal, desprovida da mesma especialização, a prerrogativa de simplesmente desprezar a apuração feita na forma da lei, descartando - a teor da lei, de forma discricionária, já que nada se fala sobre os motivos - a apuração de eventuais responsabilidades.

A par da ofensa ao TAC, mostra-se flagrante a ofensa ao princípio administrativo da obrigatoriedade de apuração de possíveis ilícitos. Sobre isso, vale transcrever, aqui, o que prescreve o Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União:

*"Com efeito, diante de uma situação irregular, a envolver servidores públicos no exercício de suas atribuições legais, caberá à Administração, por intermédio das autoridades que a representam, promover, de pronto, a adequada e suficiente apuração, com a finalidade de punir o servidor faltoso e de restaurar a ordem pública, ora turbada com a prática de determinada conduta infracional.*

*Essa averiguação de suposta falta funcional constitui imperativo inescusável, não comportando discricionariedade, o que implica dizer que ao se deparar com elementos que denotem a ocorrência de irregularidade fica a autoridade obrigada a promover sua apuração imediata, sob pena de cometer crime de condescendência criminosa, previsto no art. 320 do Código Penal. Isto é o que se denomina de "poder-dever de apuração".*

Ante o indisfarçável descumprimento do TAC, intime-se o Sr. Prefeito Municipal, em nome pessoal, para que se manifeste a respeito, e comprove eventual início de regularização, no prazo de 20 dias. Encaminhe-se com cópia deste despacho.

ARARAQUARA, 08 de agosto de 2023

**RAFAEL DE ARAÚJO GOMES**

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for ensuring the integrity and transparency of the financial system. This section also outlines the various methods used to collect and analyze data, highlighting the role of technology in modern accounting practices.

In the second part, the focus shifts to the challenges faced by organizations in implementing effective internal controls. The text explores how these controls can be strengthened through the use of standardized procedures and regular audits. It also discusses the importance of employee training and the role of management in fostering a culture of accountability. The section concludes by noting that while these measures are crucial, they must be tailored to the specific needs and risks of each organization.

The third part of the document addresses the issue of data security and privacy. It discusses the various threats to data integrity and the measures that can be taken to mitigate these risks. The text also touches upon the legal requirements for data protection and the importance of having a robust data governance framework in place. This section serves as a reminder that while data is a valuable asset, it must be handled with the utmost care and security.

In the fourth part, the document explores the role of external stakeholders in the financial reporting process. It discusses how investors, regulators, and the public can influence the behavior of organizations and the importance of providing timely and accurate information. The text also mentions the role of professional bodies in setting standards and ensuring compliance. This section highlights the interconnected nature of the financial system and the need for collaboration between all parties involved.

The fifth part of the document discusses the impact of technological advancements on the accounting profession. It explores how automation and artificial intelligence are changing the way accountants work and the skills that are required for success in this field. The text also mentions the importance of continuous learning and the role of professional development in staying up-to-date with the latest trends and technologies. This section serves as a call to action for accountants to embrace change and adapt to the evolving landscape of the industry.

In the final part, the document provides a summary of the key points discussed throughout the report. It reiterates the importance of maintaining accurate records, implementing strong internal controls, ensuring data security, and engaging with external stakeholders. The text concludes by expressing confidence in the future of the financial system and the role of accountants in ensuring its stability and growth.

Page 1 of 1

Page 1 of 1